

TEORIA SOCIOLÓGICA E METODOLOGIA: APONTAMENTOS ACERCA DE ALGUMAS CONTROVÉRSIAS¹

*Sergio B. F. Tavolaro**

Resumo: Desde longa data, recai sobre a *teoria social/sociológica* certo ceticismo quanto à legitimidade desta constituir-se como subárea independente no interior da sociologia. O motivo talvez com maior frequência alegado seja o de que o reconhecimento de sua autonomia investigativa implicaria chamar de científico um tipo de atividade em profundo descompasso com os princípios orientadores da própria ciência. O presente artigo pretende avançar dois argumentos interrelacionados: 1) algumas das desconfianças que a sociologia dirige à *teoria social/sociológica* guardam semelhanças em relação às suspeitas que outras áreas do conhecimento endereçam à própria sociologia; seja em razão de sua pretensa abstração (caso da *teoria sociológica*), seja em virtude da ausência de integração teórica e metodológica, a sociologia é muitas vezes acusada de adotar procedimentos pouco rigorosos, razão suficiente de sua incapacidade para desvendar a realidade empírica de maneira sistemática, racional e objetiva; 2) vários dos procedimentos empregados em subáreas consolidadas da sociologia são, na verdade, passíveis de serem encontrados entre os praticantes da *teoria sociológica*: sob essa rubrica, observa-se uma ampla agenda de pesquisas cuja execução envolve a adoção de métodos e técnicas de coleta de dados compartilhados por outras subáreas da sociologia.

Palavras-chave: teoria sociológica; metodologia; técnicas de pesquisa.

* Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Bolsista de Produtividade 2 do CNPq.

¹ O presente artigo é uma versão ampliada e aprofundada da palestra “Especificidades do trabalho de pesquisa em teoria social e pensamento sociológico”, ministrada em agosto de 2012, na disciplina “Metodologia e Técnicas de Pesquisa”, no IFCH/Unicamp. Agradeço a Roberto L. Carmo e Joice M. Vieira (Demografia/IFCH) pelo convite.

Abstract: There is a deep-seated skepticism that hangs over sociology regarding the legitimacy of *social/sociological theory* to become a self-referred subfield. The main concern is that by endorsing such a claim one assumes as scientific a particular modality of knowledge that falls-short of complying with key scientific guiding principles. The present article sets forth two interrelated arguments that challenge this common sensical perception: 1) Some of the suspicions that fall over *social/sociological theory* are similar to those that “hard sciences” projects on sociology, namely, its supposed inability to produce objective, rational and methodical knowledge about reality; 2) Most of the procedures deployed in well-institutionalized research fields of sociology are no different from those commonly used by practitioners of *social/sociological theory*. Rather than peculiar, this area’s wide and diverse research agenda involves the use of methods and data collection techniques that are shared by other empirical research fields in sociology.

Keywords: sociological theory; methodology; data collection techniques.

I

Teoria social/sociológica: nobre atividade intelectual, reservada a um grupo seleto de cientistas sociais, cuja notória experiência e lugar de destaque em prestigiosas instituições de pesquisa autorizam seu exercício? Ou, ao invés disso, filha ilegítima da sociologia, eterna postulante a um lugar ao sol entre os já institucionalizados campos de atuação científica? Independentemente da conclusão a que se chegue, essa oposição é por si só sugestiva do sentimento acerca de sua condição especial. Via de regra, argumenta-se que o formalismo e o nível de abstração em que operam seus praticantes são acentuados em demasia, o que em larga medida responderia por suas especificidades – e também pela natureza de suas limitações. Note-se que, desde longa data, recai sobre a *teoria social/sociológica* certo ceticismo, quando não uma profunda e declarada suspeita, quanto à legitimidade desta constituir-se como subárea independente e auto-referenciada no interior da sociologia². Não

² Conforme pretendo argumentar, *universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado*, os termos do “ethos da ciência” tal qual codificados por Robert Merton (1969), não parecem explicar de maneira suficiente o porquê de tais suspeitas em relação à *teoria social/sociológica* terem se traduzido, em

por acaso, o motivo talvez mais frequentemente alegado para essa desconfiança seja o de que reconhecer sua autonomia investigativa implicaria chamar de científico um tipo de atividade em profundo descompasso com os princípios orientadores da própria ciência. Ora, se um dos aspectos distintivos do discurso científico em relação a outras formas de conhecimento é justamente a noção de que o “real” é o “árbitro” de todo e qualquer intento de reivindicação da verdade (Bourdieu, 2004, p. 69)³, como qualificar de científica uma modalidade de inteligência cujo compromisso com a realidade empírica é – em virtude de suas pretensas especificidades – apenas e tão-somente tênue? Dito de outro modo: se seus objetos por excelência são conceitos, concebidos como construções mentais elaboradas mais por meio de operações lógicas do que através do árduo e tortuoso enfrentamento com a “realidade empírica dos fatos”, o que haveria de científico nos procedimentos adotados por seus praticantes?⁴ Essa ênfase nas dimensões lógica e discursiva,

diferentes contextos e situações, em níveis variados de obstáculo institucional ao seu reconhecimento. A meu ver, além do peso condicionante de eventos extra-científicos (sociais, políticos, econômicos, etc.), o teor e os meandros das disputas e conflitos que entrecortam e constituem a própria comunidade autorizada a legitimar ou esconjurar seus postulantes, nos termos sugeridos por Bourdieu (2004), têm boa dose de responsabilidade sobre tais obstáculos.

³ Nesse espírito, ainda que adote uma postura cautelosa ao vislumbrar a “verdade objetiva” apenas como uma “idéia reguladora”, Karl Popper sustenta que “Denominamos ‘verdadeira’ uma proposição, se ela corresponde aos fatos, ou se as coisas são como as descritas pela proposição (...)” (Popper, 1979, pp. 27-28). É claro que esta, como muitas outras concepções a respeito da ciência e de sua relação com a “realidade empírica”, não é consensual.

⁴ Ressoando tal concepção, Robert Merton (1969, pp. 653-654) afirma que “A meta institucional da ciência é a ampliação dos conhecimentos comprovados”. Conforme o autor, alcançar esse objetivo demanda conjugar “congruência lógica” com “prova empírica”. Nessa mesma direção, Karl Popper (1979, pp. 16) sustenta que “O método das ciências sociais, como aquele das ciências naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas”, sendo que “cada problema surge da descoberta de que algo não está em ordem com nosso suposto conhecimento; ou, examinando logicamente, da

em detrimento do plano empírico, não seria razão mais do que suficiente para desqualificá-la como subárea da sociologia?

Formulada com graus variados de sofisticação, essa objeção ao seu *status* científico comumente obscurece a diversidade de programas de investigação sob a rubrica teoria *social/sociológica*. Assim vislumbrada, perde-se de vista a enormidade de temas e preocupações, bem como de procedimentos adotados no interior de sua órbita de atuação. Conforme pretendo argumentar no presente artigo, na realidade (mesmo que nem sempre tão claramente concreta) dos fatos, tal variedade traduz-se num escopo não menos diverso de escolhas metodológicas e de técnicas de pesquisa⁵. Para sustentar esse argumento, o artigo lançará mão de algumas obras de fôlego, bem como da produção dos grupos de trabalho de teoria *social/sociológica* consolidada no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Há mais de uma década, *papers* e comunicações apresentados em seus encontros periódicos têm se mostrado ilustrativos não só da variedade de interesses e agendas de trabalho como também dos procedimentos, perspectivas metodológicas e técnicas de coleta de dados. Algo análogo pode ser dito acerca de inúmeros trabalhos que conquistaram lugar de destaque entre os praticantes dessa subárea.

Mas, para além desse exercício analítico-descritivo, visitarei discussões clássicas e contemporâneas no campo da sociologia do

descoberta de uma contradição interna entre nosso suposto conhecimento e os fatos; ou (...) da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos" (pp. 14-15).

⁵ Nunca é demais lembrar que, a despeito de com alguma frequência serem empregados de maneira intercambiável, *métodos* e *técnicas de pesquisa* referem-se a coisas distintas. De acordo com Ignácio Cano (2012, p. 107), enquanto os métodos são "estratégias de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias" – portanto, mais abrangentes e próximos à epistemologia –, as técnicas são "formas padronizadas de coleta e análise de dados".

conhecimento com o propósito de ilustrar e caracterizar algumas das polêmicas e controvérsias que circundam essa questão. Bem sabemos que parte expressiva das preocupações desse campo versa sobre as fontes, os condicionantes, a dinâmica interna, tanto quanto as eventuais implicações sociais do conhecimento científico (Bloor, 2009). Acredito que a consideração desses aspectos pode auxiliar a diluir alguns estigmas que, conforme sublinhei há pouco, frequentemente recaem sobre a teoria *social/sociológica*⁶. Pode, ademais, revelar sua proximidade e parentesco de primeiro grau com outros campos científicos (tanto no âmbito das ciências sociais quanto naquele de suas irmãs “duras”). Eis o que pretendo argumentar: por um lado, algumas das desconfianças que a sociologia dirige à teoria *social/sociológica* guardam semelhanças em relação às suspeitas que outras áreas do conhecimento endereçam à própria sociologia. Refiro-me, nesse primeiro aspecto, a críticas quanto ao teor da relação entre o(s) discurso(s) elaborado(s) pela sociologia e a realidade social referida: seja em razão de sua alardeada abstração (caso da *teoria sociológica*), seja em virtude da ausência de integração teórica e metodológica, a sociologia é muitas vezes acusada de adotar procedimentos pouco rigorosos, os quais a incapacitariam a desvendar a “realidade objetiva através do recurso a um método que nos permita sair para *fora* da mente” (Comissão Gulbenkian, 1996, p. 26) – traço tradicional e canonicamente tomado por distintivo e essencial ao empreendimento científico (Mann, 1979)⁷. Por outro lado, quero

⁶ Conforme conclama Pierre Bourdieu (2004, p. 4), se a sociologia convida outras ciências a se debruçarem sobre suas bases sociais, ela mesma não pode se isentar desse “chamado à reflexividade”. Por sinal, a *reflexividade* é (ao lado da *causalidade*, da *imparcialidade* e da *simetria*) um dos quatro princípios do “programa forte” da sociologia do conhecimento formulado por David Bloor (2009).

⁷ Nessa direção, Peter Mann diz-nos que “A meta da ciência é atingir objetividade, imparcialidade e observação despreconcebida (...)” (Mann, 1979, p. 38). De acordo com sua aceção bastante convencional, as seguintes etapas devem ser observadas com vistas ao conhecimento objetivo da realidade: 1) Indagação inicial (pré-científica); 2) Estabelecimento de relações entre a ideia

também argumentar que vários dos procedimentos empregados em subáreas consolidadas da sociologia são, na verdade, passíveis de serem encontrados nos trabalhos de *teoria social/sociológica*⁸: conforme sugeri acima, sob essa rubrica, observa-se uma ampla agenda de pesquisas cuja execução envolve a adoção de métodos e técnicas de coleta de dados compartilhados por outras subáreas da sociologia.

II

Abstração e formalismo são sinais inequívocos do divórcio entre a *teoria social/sociológica* e a realidade? Se assim é, o que dela se poderia e se deveria esperar? A bem da verdade, objeções em relação a tal nível de abstração (pretensamente excessivo) no qual seus praticantes insistiriam em permanecer⁹ remontam os

inicial (indagação) e as teorias previamente formuladas acerca do assunto; 3) Formulação e definição de hipóteses de trabalho cujo exame mostre-se exequível; 4) Coleta de dados; 5) Análise dos dados reunidos; 6) Apresentação dos resultados; 7) Realimentação da teoria (Mann, 1979, pp. 50-60).

⁸ Sobre os procedimentos próprios à pesquisa sociológica, David Bloor faz reivindicação ainda mais radical para o caso da sociologia do conhecimento. Segundo o autor, “A busca por leis e teorias na sociologia do conhecimento é absolutamente idêntica em relação aos procedimentos à de qualquer outra ciência. Significa que os seguintes passos devem estar presentes. Investigações empíricas localizarão eventos típicos e recorrentes. Tais investigações poderão, elas próprias, ter sido suscitadas por alguma teoria anterior, pela violação de uma expectativa tácita ou por necessidades práticas. Deve-se, em seguida, inventar uma teoria que explique a regularidade” (Bloor, 2009, p. 41).

⁹ Para uma crítica vigorosa, radical e muito bem fundamentada ao que chama de “fetichismo do conceito” associado à centralidade imputada à “teoria social” na investigação do social, ver o trabalho de Luís de Gusmão (2012). Para o autor, a compreensão e a explicação da experiência social têm muito a se beneficiar do “conhecimento do senso comum” (popular e erudito) desvinculado dos “conceitos, expressos num jargão técnico, oferecidos pela moderna teoria social” (Gusmão, 2012, p. 48).

primórdios da sociologia do conhecimento. Em sua obra angular *Ideologia e Utopia* (1929), Karl Mannheim tece uma crítica contumaz ao que chama de concepções idealistas do conhecimento, as quais tenderiam a conceber o saber como um “ato puramente teórico”. Segundo o autor, o pano de fundo dessa concepção seria o ideal filosófico de uma “vida contemplativa”, para a qual a pureza do conhecimento somente poderia ser alcançada se este fosse “puramente teórico”. Para Mannheim, não se tratava de mero acidente nem sinal de maior sofisticação o fato de certas teorias oferecerem maior resistência à “concretude”. O ponto-chave estava em reconhecer a existência de processos sociais subjacentes à produção do conhecimento. Tais processos, determinantes da posição social do pensador, seriam também responsáveis por sua maior ou menor propensão à abstração. Nesse exato sentido, conforme Mannheim, “a abordagem a um problema, o nível no qual o problema acaba sendo formulado e o estágio de abstração e concretude que se espera alcançar, são todos da mesma maneira vinculados à existência social” (Mannheim, 1936, p.278). Ora, para Mannheim, “os próprios princípios, à luz dos quais o conhecimento será criticado, são eles mesmos social e historicamente condicionados” (Mannheim, 1936, pp. 288-289). Dessa feita, toda e qualquer reivindicação de objetividade cognitiva deveria dobrar-se a essa condição inescapável, mesmo se e quando a pretensão prioritária fosse construir categorias formais dotadas de grau mais elevado de abstração: ainda assim, a “determinação situacional do pensamento” mostrar-se-ia uma condição incontornável.

Poucos anos depois, o manifesto crítico de Max Horkheimer (1937) acentuaria ainda mais as desconfianças expressas por Mannheim. Em tom de absoluta reprovação, Horkheimer apresenta a “teoria tradicional” como “a soma total de proposições sobre um objeto”, todas elas fortemente vinculadas entre si. Um dos problemas centrais denunciados por Horkheimer era que nos sistemas teóricos formulados sob essa concepção tradicional (positivista), “todas as partes deveriam interconectar-se completamente e sem fricção”, num todo harmônico ausente de contradições (Horkheimer, 1972, p. 190). Assim concebida, ao invés

de fazer valer sua promessa de tornar a realidade transparente, a teoria contribuiria para projetar sobre ela um manto ainda mais espesso. Presos em operações lógico-dedutivas e incapazes de perceberem os processos histórico-sociais condicionantes de suas próprias atividades cognitivas, os cientistas não fariam outra coisa senão reificar suas edificações conceituais bem como a realidade social ao seu redor. Ora, para Horkheimer, não havia dúvidas de que, à sua época, “as várias escolas de sociologia possuem uma concepção de teoria idêntica [a essa] e que é a mesma que [a concepção de] teoria nas ciências naturais” (Horkheimer, 1972, p. 191).

O cenário acadêmico norte-americano de meados do século XX, marcado pela publicação da influente obra *The social system* (1951), de Talcott Parsons, seria palco de novas avaliações acerca do papel da *teoria social/sociológica*. Para muitos dos críticos de Parsons, ao invés de estabelecer-se em um campo de investigação autônomo e auto-referenciado, seria-lhe mais proveitoso fornecer ferramentas que auxiliassem os esforços empíricos de compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Acusações a respeito da aridez conceitual dos principais trabalhos de Parsons, de seu excessivo formalismo tanto quanto de sua pretensa desconexão de qualquer feixe tangível da realidade social¹⁰ serviram de mote para reflexões mais abrangentes. Velhas questões voltaram à tona, dentre elas o *status* científico da narrativa sociológica, suas eventuais especificidades, o alcance esperado de suas predições, os procedimentos investigativos que lhe cabiam, o teor da relação teoria/empíria bem como de sua mais adequada dosagem. As ponderações e críticas desferidas por Wright Mills (1959/1967) àquilo que denomina de “grand theory” são exemplares das

¹⁰ Vale lembrar que no parágrafo inicial do primeiro capítulo de *The social system*, Parsons salienta expressamente que o foco de sua obra recaía sobre a formulação de um esquema teórico; tratar-se-ia, pois, de “um trabalho teórico em um sentido estrito”. Ademais, adverte que o tratamento sistemático dos usos empíricos de sua proposta seria empreendido separadamente (Parsons, 1964, p. 3).

preocupações então em voga. Mills argumentava que uma das principais fragilidades dos praticantes da “grand theory” decorria de sua escolha inicial: para ele, ao permanecerem num nível muito elevado de generalidades, suas elaborações demonstravam significativa dificuldade para lidar com os problemas em seus contextos históricos e estruturais. Daí, segundo o autor, o notável irrealismo dos trabalhos com orientação teórica e, não menos preocupante, o caráter aparentemente arbitrário de suas infundáveis distinções – incapazes, a um só tempo, de ampliar nosso horizonte de compreensão e de tornar nossa experiência algo verdadeiramente perceptível (Mills, 1967, p. 33). Por todas essas razões, para Wright Mills, *The social system* passava longe do tipo de realização esperado das ciências sociais: caso típico de “fetichismo do conceito”, tomava-se por universal um modelo de ordem social que não passava de fabricação mental. Ora, na visão de Mills, esforços conceituais sistemáticos deveriam ser “apenas um momento formal no interior do trabalho da ciência social” (Mills, 1967, p. 48). Por isso, a seu ver, seria indispensável que o pesquisador estivesse a todo momento ciente e em controle dos níveis de abstração de seu trabalho.

Postura não menos crítica à ambição por um “sistema total de teoria sociológica” já havia sido assumida por Robert Merton (1967a) pouco antes da publicação de *The social system*¹¹. Em seus argumentos em favor de “teorias de médio alcance”, advertia que, àquela altura, a sociologia dispunha de “muitos conceitos mas poucas teorias confirmadas; muitos pontos de vista, mas poucos teoremas, muitas ‘abordagens’ mas poucos resultados” (Merton, 1967a, p. 52). Daí o quadro de “balcanização da sociologia” em inúmeras escolas, cada qual “governada por seu próprio sistema teórico” (Merton, 1967a, p. 51). O tom de lamento e reprovação era indisfarçável: para Merton, as ditas “teorias gerais de sistemas sociais” mostravam-se demasiadamente remotas em relação a

¹¹ Merton informa-nos que sua proposta foi inicialmente elaborada em resposta a um *paper* apresentado por Parsons no encontro da *American Sociological Association*, em 1947 (Merton, 1967a, p. 39).

classes específicas de comportamentos sociais. A seu ver, essa “balcanização” e proliferação de teorias abrangentes adivinha de três mal-entendidos: primeiramente, o equívoco segundo o qual seria possível desenvolver sistemas de pensamento antes mesmo de se acumular uma massa significativa de observações; em segundo lugar, o pressuposto de que as diferentes áreas do conhecimento possuíam o mesmo grau de maturidade; e, por fim, a ideia de que o sinal de sucesso de um campo científico seria sua capacidade para produzir um sistema teórico abrangente (Merton, 1969a, pp.46-48).

Tudo isso indicava a Merton (1967a) a necessidade de algumas mudanças de ênfase em benefício do aprimoramento da própria sociologia. Não se tratava de abrir mão de todo e qualquer esforço de teorização. No entanto, as ambições teóricas deveriam ser recalibradas e redimensionadas: à sociologia parecia-lhe mais adequado construir “teorias de alcance médio”, isto é, formulações intermediárias entre, de um lado, hipóteses de trabalho com menor escopo e, de outro, esforços mais abrangentes que ambicionassem apreender todas as uniformidades comportamentais, organizacionais e de mudanças sociais. É óbvio que tal proposta se apoiava em uma concepção bastante específica acerca do lugar da teoria no empreendimento sociológico: sua função prioritária deveria ser “guiar a investigação empírica”. Portanto, ao invés de dispersar suas energias na construção de sistemas teóricos abstratos e generalizantes, a sociologia colheria frutos mais vindouros caso se ativesse ao desenvolvimento de “teorias especiais aplicáveis a leques conceituais limitados”¹².

Deveríamos dar-nos por satisfeitos com essas objeções e advertências desde longa data dirigidas à *teoria social/sociológica*? Essa não é a minha posição. Conforme sugeri na introdução deste artigo, trata-se de uma imagem que pouca justiça faz à amplitude

¹² Tais como “teorias do comportamento desviante, das conseqüências não antecipadas da ação propositiva, da percepção social, de grupos de referência, do controle social, da interdependência de instituições sociais (...)” (Merton, 1967a, p. 51).

programática encontrada sob essa rubrica. Na verdade, parece-me que muitas das desconfianças em relação à cientificidade dessa subárea são as mesmas que, de tempos em tempos, assombram a própria sociologia: não é incomum aludir-se às fragilidades e limitações do discurso sociológico amplamente considerado, as quais se sobressairiam tão logo seus procedimentos e resultados fossem cotejados com aqueles empregados e alcançados por outras áreas científicas supostamente “mais consolidadas e bem sucedidas” em suas realizações. A meu ver, somente poderemos diluir desconfianças dessa natureza caso alguns mal-entendidos a respeito dos procedimentos adotados na pesquisa em *teoria social/sociológica* sejam esclarecidos. Deixe-me, pois, considerar o perfil dessa produção – inclusive no cenário brasileiro.

III

Se é verdade que no contexto acadêmico internacional a *teoria social/sociológica* enfrentou resistências institucionais para ver-se reconhecida como uma subárea autônoma, os percalços parecem ter sido ainda maiores no Brasil. Fato é que a partir de meados do século XX, preocupações de natureza empírica tornaram-se preponderantes nas ciências sociais brasileiras. Não é de estranhar, pois, que sua longa tradição de pesquisa em teoria e pensamento social, outrora traduzida em uma produção rica e variada (Silva, 2012), apenas tardiamente logrou alcançar lastro institucional nos mais prestigiados fóruns científicos do país. Conforme observa Josué P. Silva (2012), enquanto um grupo de pensamento social conseguiu estabelecer-se na primeira metade dos anos 1980¹³, somente em 1997 foi criado um seminário temático no 21º Encontro da ANPOCS sob a denominação de *Teoria Social*. Quais as razões desse hiato institucional? Certamente muitas poderiam ser elencadas – dentre elas o tratamento difuso de sua

¹³ Os anais do 8º Encontro da ANPOCS, ocorrido em 1984, registram o GT 29 “Pensamento Social no Brasil”.

agenda por outros grupos temáticos. Mas entendo que as reflexões de Pierre Bourdieu acerca das disputas que perfazem a dinâmica científica apontam para uma dimensão decisiva¹⁴. Em lugar da imagem da ciência como o espaço por excelência da colaboração desinteressada, parece mais promissor abordá-la como “um universo de competição pelo ‘monopólio do manuseio legítimo’ de bens científicos, em outras palavras e mais precisamente, do método correto, dos achados corretos, da definição correta a respeito dos fins, dos objetos e dos métodos da ciência” (Bourdieu, 2004, p. 45). A meu ver, este é um condicionante de primeira linha nos tortuosos processos da institucionalização disciplinar (e de suas inúmeras subáreas). É sugestivo, pois, que para muitos do passado e do presente, “fazer teoria” é um luxo a que “sociedades periféricas como a brasileira” não poderiam entregar-se¹⁵, seja em virtude de sua imaturidade acadêmica e institucional, seja em função da urgência de certas “questões sociais mais concretas”, estas sim merecedoras de todas as atenções, energias e recursos científicos¹⁶.

¹⁴ Bem sabemos que, para Bourdieu, “cada disciplina (como um campo) é definida por um *nomos* particular”, isto é, “um princípio de construção de realidade objetiva irreduzível àquele de outra disciplina” (Bourdieu, 2004, p. 51). Tal concepção, vale ressaltar, não se ampara na concepção mertoniana de “comunidade científica”; ao contrário disso, dentre os aspectos da construção e definição disciplinar incansavelmente investigados por Bourdieu estão as relações de poder que permeiam o campo científico e as disputas em seu interior pela posse assimétrica de capital científico. Ora, de acordo com o autor, “Falar de um campo implica romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado, ou mesmo homogêneo” (Bourdieu, 2004, p. 45).

¹⁵ Em *A redução sociológica* (1958), ao tratar dos ajustes conceituais e metodológicos julgados necessários à investigação da realidade brasileira, Alberto Guerreiro Ramos sustenta que “nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (Ramos, 1996, p. 105).

¹⁶ Refletindo sobre essa institucionalização algo “tardia”, Silva (2012, p. 15) tece o seguinte comentário: “É como se teorizar fosse tarefa dos sociólogos

Mas, afinal de contas, qual a agenda de reflexão observada sob a rubrica teoria *social/sociológica*? Desde pronto, Desde pronto, é patente a ausência de consenso quanto aos limites e alcance precisos dessa subárea (Gusmão, 2012, p. 35, nota 9)¹⁷. Não menos impressionante é a variedade de temas e focos de atenção

dos países do chamado Primeiro Mundo, melhor equipados com recursos materiais e humanos; em países subdesenvolvidos (...) a tarefa seria aplicar (...) aquelas teorias elaboradas lá fora como paradigmas para guiar a solução de problemas nas pesquisas empíricas”. Em convergência com essa opinião, o cuidadoso levantamento e análise da produção de artigos na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS) realizado por Sérgio Costa leva-o a sustentar que “os sociólogos brasileiros assumem resignadamente uma posição subordinada na geopolítica mundial do conhecimento sociológico, limitando-se a aplicar teorias e técnicas de investigação surgidas na Europa e Estados Unidos” (Costa, 2010, p. 45).

¹⁷ Para Sérgio Costa (2010) *teoria social* diz respeito àquelas formulações que buscam responder a três questões fundamentais: a) O que é ação social? b) O que é ordem social? c) O que define a mudança social? Segundo o autor, esse parâmetro permite distinguir “teorias sociais” de “diagnósticos de época”: estes últimos, devotados a temas e épocas específicos, se abstêm de formular “postulados gerais”, além de não demonstrarem compromissos com métodos científicos; de outro modo, a “elaboração de uma teoria social (...) requer o uso sistematizado de informações para chegar a generalizações” (Costa, 2010, pp. 34-35). Anthony Giddens (1986), por seu turno, sugere haver uma distinção entre *teoria social* e *teoria sociológica*: a primeira delas lidaria com questões relacionadas à natureza da ação humana e do agente, bem como com suas interações e vínculos institucionais; já a “sociologia” e, por conseguinte a “teoria sociológica” se debruçariam de maneira mais específica sobre fenômenos peculiares às sociedades modernas. Note-se que embora para Giddens (1986, p. XVII) há teoremas e conceitos que se referem prioritariamente ao mundo industrializado, ainda assim não seria possível pensar em uma “teoria sociológica” destacada dos conceitos e preocupações mais gerais da “teoria social”. De fato, as agendas de reflexão investigadas no presente artigo mostram que as fronteiras entre “teoria social” e “teoria sociológica”, bem como entre ambas e o “pensamento social”, são bastante fluidas e porosas.

abrigada sob essa designação¹⁸. Com efeito, já à sua época, Merton sugeria que a expressão “teoria sociológica” era empregada para se referir “aos produtos de muitas atividades relacionadas ainda que distintas” (Merton, 1967b, p. 140). Essas diferentes atividades compreendiam: 1) metodologia; 2) orientações sociológicas gerais; 3) análise de conceitos sociológicos; 4) interpretações sociológicas *post factum*; 5) generalizações empíricas na sociologia; 6) teoria sociológica (Merton, 1967b). Mais recentemente, num trabalho que se propôs compreender como a produção sociológica brasileira tem discutido a teoria social¹⁹, Sérgio Costa (2010) afirma ter identificado “três formas de apresentação”: a) a primeira delas diz respeito a “contribuições que comentam uma dimensão ou aspecto específico da obra de um teórico clássico ou contemporâneo”; b) a segunda compreende “estudos bibliográficos da literatura disponível num campo teórico específico (...) ou sobre determinado conceito”; c) a terceira modalidade envolve tentativas de “construir um marco analítico para estudar questões empíricas relacionadas com o Brasil ou a América Latina” (Costa, 2010, pp.37-38). Josué P. da Silva (2012, p. 17), por sua vez, sustenta que os trabalhos apresentados nas reuniões do grupo de *Teoria Social* nos encontros da ANPOCS e da SBS refletem um programa diversificado, compreendendo “desde estudos metateóricos e metodológicos até os estudos dedicados a temas específicos, desde que se desse um tratamento

¹⁸ A título de ilustração, em 2004, a programação do seminário temático *Da modernidade global às modernidades múltiplas: descentrando a teoria social* (28º Encontro da ANPOCS) compreendia as seguintes propostas: “Para uma teoria crítica da experiência social” (G. Cohn); “Repensando ‘sociedade’: teoria versus diagnóstico” (J.P Silva); “Quem tem o direito ao uso do ‘véu’ na sociedade brasileira?” (C. Pinto); “Teoria crítica e esfera pública: usos na América latina” (L. Avritzer e S. Costa); “Possibilidade e multiplicidade do social em Alberto Guerreiro Ramos” (A. Azevedo e R. Albernaz); “Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil” (P. Pinho) e “Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia” (J. Ratton Jr. e J. Moraes), dentre outras.

¹⁹ A minuciosa pesquisa de Costa (2010) envolveu a análise de artigos publicados na *RBCS* entre 1986 e 2010.

teórico”²⁰. Ademais, observa o autor, muitos dos temas tratados mantiveram-se “próximos da pesquisa empírica”. Ao refinar ainda mais seu esforço de classificação, Silva (2012, p. 17) identifica dois grupos principais: em primeiro lugar, “estudos voltados para a apropriação crítica de teorias clássicas e contemporâneas originalmente elaboradas na Europa e na América do Norte”, por sua vez subdivididos em três tipos: a) ênfase na obra de algum autor clássico ou contemporâneo; b) enfoque em um autor, corrente teórica ou grupo associado de autores para a investigação de um dado tema ou conceito; c) estudos que visam “construir uma nova teoria”, amparados em diferentes autores e propostas. Já o segundo grupo, caracterizado pelo “estudo teórico de temas ou problemas específicos, mas que também fazem parte de uma agenda internacional” compreende: a) trabalhos que buscam traçar diagnósticos da sociedade contemporânea – abordando temas como modernidade, modernização, globalização, cosmopolitismo, etc.; b) reflexões com alcance mais modesto, voltadas a problemas específicos – nas quais aparecem categorias tais quais sociedade civil, cidadania, identidade, esfera pública, reflexividade, etc. (Silva, 2012, p. 18).

À luz das questões aqui contempladas, e bem informado por esses exercícios prévios de tipificação e análise, proponho uma classificação ligeiramente diversa. Diante dos objetivos precípuos deste artigo, destaco três orientações específicas de reflexão e pesquisa encontradas nas comunicações dos grupos de trabalho de “Teoria social ou sociológica” dos encontros e congressos da

²⁰ A programação do GT “Para onde vai a Teoria Social contemporânea?” (33º Encontro da ANPOCS) é igualmente ilustrativa dessa diversidade de preocupações: “Ernesto Laclau, Jurgen Habermas e Axel Honneth: da teoria social à filosofia política?” (L. Rodrigues); “Solidariedade entre estranhos” (F. Vanderberghe); “Em face do sofrimento alheio” (G. Peters); “A sociologia e a abordagem teórica sobre o crime como profissão” (M. Neres); “Regras do jogo X Regras morais: para uma teoria sociológica do ‘fair play’ ” (S. Brito, J. Morais e T. Barreto) foram algumas das comunicações naquela ocasião.

ANPOCS e da SBS²¹ : a) a primeira dessas orientações eu chamaria de *construção de teoria*: nesse caso, a ênfase predominante direciona-se à elaboração de conceitos e à formulação de proposições (gerais e específicas) com vistas à compreensão e explicação de aspectos da realidade social; b) a segunda orientação eu denominaria de *pensamento social*: nesse caso, a ênfase recai sobre a investigação de certas figuras, sobre suas vidas e obras, com atenção especial comumente devotada aos processos de formulação de suas ideias e interpretações da realidade social, aos impactos destas sobre a realidade, além do exame das condições sociais (políticas, culturais, econômicas, institucionais, dentre outras) envolvidas na sua produção; c) por fim, observa-se uma orientação que eu chamaria de *história e análise dos conceitos e ideias*: aqui, a preocupação prioritária dirige-se à consideração das trajetórias, continuidades e rupturas de certos conceitos, noções e ideias, observados em diferentes obras e contextos intelectuais. Cabe reconhecer que essas orientações distintas não são, em hipótese alguma, mutuamente excludentes. Na prática das pesquisas, elas muitas vezes são combinadas e articuladas, de maneiras e com pesos diversos, conforme os propósitos e objetivos almejados. Essas ênfases variadas via de regra refletem-se em um quadro metodológico igualmente amplo, acompanhado por escolhas não menos distintas de técnicas de coletas de dados.

Os trabalhos “Sociologia, redes e sociedades de fluxo” (L. Girardi Jr., SBS 2011), “Los procesos de socialización en la sociedad postmoderna: hacia una teoría de las hiperbolizaciones

²¹ Um detalhe talvez revelador da própria diversidade da agenda de pesquisa: os grupos de trabalho e seminários temáticos de *teoria social/teoria sociológica* ganharam diferentes designações nos encontros da ANPOCS e congressos da SBS desde sua institucionalização a partir da segunda metade dos anos 1990: “Teoria social” (ANPOCS, 1997), “Teoria sociológica” (SBS, 2005, 2009, 2011), “Da modernidade global às modernidades múltiplas: descentrando a teoria social” (ANPOCS, 2004), “Teoria social e a multiplicidade da modernidade” (ANPOCS, 2005), “O pluralismo na teoria contemporânea” (ANPOCS, 2010) foram algumas das denominações adotadas por seus organizadores.

intoxicantes” (M. Ruiz, SBS, 2009), “Ação, relevância e interpretação subjetiva” (H. Santos, ANPOCS, 2011) e “Teoria sociológica e movimentos sociais: contribuições a partir do caso brasileiro” (M. Rosa, SBS, 2005) ilustram a primeira das orientações. Deixe-me considerar uma obra de fôlego para destilar alguns dos procedimentos envolvidos neste caso. Em *The constitution of society (A constituição da sociedade)*, de Anthony Giddens (1986), é inegável que o esforço de formulação de conceitos, noções e proposições conduz o autor a operar em um nível elevado de abstração. Ainda assim, boa parte dos procedimentos empregados em nada difere daqueles adotados em pesquisas com orientação empírica; à imagem das etapas sugeridas por David Bloor (2009, p. 41)²², pode-se dizer que o trabalho cumpre com rigor os seguintes passos: identificação de preocupações e questões recorrentes no seio da teoria social, suscitada pela revisão e análise atentas de elaborações prévias; a percepção de que certas expectativas teóricas não foram cumpridas, acompanhada do sentimento de que novas formulações são necessárias com vistas à compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais. Além disso, o problema central em torno do qual toda a investigação se organiza – a relação estrutura/ação – é expressamente delineado pelo autor, bem como o objetivo que norteia as novas formulações – qual seja, a superação do “dualismo” que Giddens afirma existir entre abordagens que enfatizam a dimensão estrutural da realidade social e aquelas que se dedicam prioritariamente à agência humana.

Para alcançar essas metas, Giddens toma uma série de passos igualmente padronizados: em primeiro lugar, propõe hipóteses de trabalho que orientam a elaboração de algumas de suas proposições (gerais e específicas)²³; em segundo lugar, seleciona um conjunto

²² Ver nota de rodapé nº 9 deste artigo.

²³ Eis algumas das hipóteses do autor: a) as condutas sociais são cronicamente reproduzidas ao longo do tempo e do espaço; b) não existe ação humana que não seja posicionada no tempo e no espaço; c) as estruturas são constrangedoras ao mesmo tempo em que capacitadoras das ações; d) as estruturas são, em boa medida, mais internas do que externas às atividades dos indivíduos.

de abordagens e teorias com as quais dialoga (fenomenologia, interacionismo simbólico, etnometodologia, genealogia do poder, geografia tempo-espacial) com vistas à construção de sua própria proposta teórica; em terceiro lugar, embora seu esforço de validação ocorra num plano predominantemente lógico-dedutivo (coerência lógica e persuasão argumentativa mostram-se essenciais), ainda assim há inúmeras remissões a situações concretas; os dados empíricos reunidos permitem-lhe não só recalibrar as hipóteses iniciais como também sustentar suas generalizações conclusivas. Tal procedimento pode ser identificado, por exemplo, quando sugere que a perpetuação das estruturas sociais depende de sua rotinização no tempo e no espaço (Giddens, 1986, p.114) ou mesmo nas passagens em que investiga os meandros da vida cotidiana e as estratégias adotadas pelos indivíduos para lidar com constrangimentos morais e expectativas de comportamento em situações rotineiras (Giddens, 1986, pp. 127-129). Algo análogo pode ser observado no tratamento que confere às especificidades estruturais dos sistemas sociais modernos em contraste com sistemas pré-modernos, incluindo os diferentes tipos de conexão tempo/espço observados num e noutro contextos (Giddens, 1986, pp. 165-168). Em todos esses casos, lá estão as remissões a situações concretas, amparando reflexões e formulações mais ou menos gerais e abstratas.

Procedimentos similares podem ser observados na orientação que denomino de *pensamento social*. Os seguintes *papers* e comunicações são-lhe representativos: “Ernesto Laclau, Jürgen Habermas e Axel Honneth: da teoria social à filosofia política?” (L. Rodrigues, ANPOCS, 2009), “Corporeidade e intersubjetividade: Hans Joas, Thomas Csordas e a nova teoria da ação” (C. Almeida, SBS, 2011), Jon Elster e o neo-institucionalismo” (F. Albernaz, SBS, 2005) e “Durkheim, a política e o Estado” (M. Oliveira, SBS, 2009). Nesses casos, ao invés de se priorizar a elaboração de conceitos e noções abstratas, os objetivos e as problemáticas tratadas são: as trajetórias de autores, intérpretes e artistas – incluindo suas redes de sociabilidade –, seus itinerários intelectuais, bem como os processos de produção de suas obras; examina-se, também, suas ideias, além

das noções e concepções exemplares de uma dada época. Ademais, devota-se atenção aos procedimentos de divulgação e recepção das obras, inclusive seus impactos e efeitos políticos, simbólicos e culturais; por fim, analisa-se as convergências e divergências entre obras e autores no campo intelectual. Condizente com esse programa, os objetos de estudo passam a ser: intérpretes da realidade social, autores das ciências sociais, escritores e artistas; suas obras, bem como as instituições (acadêmicas, culturais, artísticas, etc.) que se mostraram significativas para sua formação e para a criação de seus trabalhos; por fim, os vários movimentos, correntes e escolas de pensamento.

Do ponto de vista metodológico, percebe-se nessa segunda orientação de pesquisa dois tipos de abordagens gerais, às vezes combinadas em proporções e pesos variados: a) uma “textualista”, cujo foco de investigação e análise é interno ao texto/obra; nesse caso, maior energia é dirigida à interpretação e análise das ideias, argumentos, noções e conceitos embutidos nas obras; b) noutra abordagem, a “contextualista”, enfoca-se prioritariamente as condições sociais (políticas, culturais, econômicas, institucionais, simbólicas, etc.) de produção das obras (Skinner, 1988; Schwarcz e Botelho, 2011). Note-se que aqui, ao lado de questões de natureza teórica, emprega-se técnicas de coletas de dados bastante comuns entre trabalhos com orientação empírica: a) pesquisa documental (cartas pessoais, jornais de época, documentos oficiais); b) análise minuciosa de diferentes edições de obras e manuscritos; c) declarações pessoais de testemunhas dos autores investigados (por meio de entrevistas e de história oral); d) a fortuna crítica das obras estudadas (sua recepção por diferentes públicos). Essas técnicas de coleta de dados são entremeadas por outros procedimentos metodológicos padrões (Mann, 1979): após a identificação do problema, há esforços de definição do recorte da pesquisa (delimitação temporal, escolha da abrangência da produção a ser investigada, etc.), mapeamento do debate intelectual, formulação de questões e elaboração de hipóteses orientadoras.

Um exemplo primoroso desse segundo tipo de orientação de pesquisa pode ser encontrado no livro *Gilberto Freyre: Um*

vitoriano dos trópicos (2005), de Maria Lúcia Pallares-Burke. O objetivo da autora é compreender os caminhos que desaguardariam na elaboração da mais célebre obra de Freyre, *Casa-Grande & Senzala*. Para cumprir essa meta, Pallares-Burke investiga a trajetória pessoal do autor, suas redes de sociabilidade (familiares, amigos, professores, políticos, editores, homens públicos, etc.), as instituições frequentadas por Freyre em diferentes momentos de sua vida, as obras que leu (científicas e literárias), além das ideias que circulavam em distintas etapas de sua formação e nas várias instituições por que passou. As fontes de dados e informações analisadas pela autora também são diversas: cartas pessoais (por ex. Pallares-Burke, 2005, pp. 174-175), boletins escolares e universitários (Pallares-Burke, 2005, pp. 68-69), obras da biblioteca pessoal do autor, além de anotações de Freyre em diários pessoais, cadernos e margens de livros (Pallares-Burke, 2005: 183); sua atuação jornalística (Pallares-Burke, 2005, pp. 234-235); a produção acadêmica do autor, incluindo várias edições de seus livros a fim de identificar as mudanças textuais realizadas pelo próprio Freyre (Pallares-Burke, 2005, p. 270); além de resenhas, comentários e análises de suas obras, em diferentes momentos, com o propósito de avaliar sua recepção pelos diferentes tipos de público e os impactos dessas leituras sobre o próprio autor.

Por fim, podem ser citados como ilustrativos da orientação de pesquisa e reflexão aqui denominada de *história e análise de conceitos e ideias* os seguintes *papers* e comunicações: “O trabalho na discussão sobre bem-estar e reconhecimento” (E. Sobotka, ANPOCS, 2009), “A ascensão das categorias neutras na cultura sociológica contemporânea” (L. Guerra, SBS, 2005), “Constituição e reconfiguração da sociologia da ciência: as abordagens de Merton, Bloor e Latour” (R. Baptista, SBS, 2009) e “Nem pragmatismo lingüístico nem luta por reconhecimento: intervenções de Paul Ricoeur ao debate entre Habermas e Honneth” (A. Ribeiro, ANPOCS, 2010). Nesse caso, sobressai-se o interesse pela investigação, compreensão, análise, comparação e reconstrução da trajetória de conceitos, noções e ideias que aparecem em obras específicas, no decorrer da produção de determinados autores, ou

em contextos intelectuais distintos. Por vezes, atenção é dedicada prioritariamente à obra (uma dada proposta teórica, interpretativa, ou conceito) de um único autor com vistas à identificação de sua gênese, suas transformações e/ou diferentes manifestações. Em outras ocasiões, lança-se mão de comparações entre dois ou mais autores, duas ou mais obras, teorias ou conceitos e noções, de modo a compreender acepções singulares, eventuais convergências e especificidades, além de possíveis implicações intelectuais ou mesmo sociais.

Também neste caso, a abordagem “textualista” e a perspectiva “contextualista”, combinadas em proporções e pesos variados, apresentam-se como alternativas metodológicas ao pesquisador. Tal qual nos dois tipos anteriores de pesquisa, obras exemplares desta terceira orientação não deixam de observar cada uma das etapas canônicas da investigação científica: definição do problema, formulação de questões orientadoras, mapeamento do debate, elaboração de hipóteses, investigação e análise do objeto, teste das hipóteses, etc. Vale dizer, a preeminência de preocupações de natureza teórica, aliada à ênfase na dimensão lógico-discursiva, não necessariamente dispensam a atenção metodológica na coleta e análise de dados: no caso da abordagem “textualista”, há o cuidado com a reunião das obras e documentos a serem analisados, sua originalidade, edições posteriores (e eventuais modificações), acuidade e rigor das traduções dos trabalhos contemplados, condições de publicação e difusão, interpretações de comentadores, dentre outros aspectos; na perspectiva “contextualista”, nota-se a preocupação com a coleta de informações e dados empíricos relevantes à compreensão do sentido atribuído às noções e conceitos, de modo a esclarecer as circunstâncias e diferentes tipos de condicionamento (institucionais, intelectuais, políticos, culturais, econômicos, etc.) da produção das ideias, interpretações e teorias examinadas.

Um caso exemplar desse terceiro tipo de orientação de pesquisa é encontrado no livro *Kritik der macht (A crítica do poder)*, de Axel Honneth (1997). O objetivo expresso é clarificar e compreender as novas abordagens da chamada “teoria social crítica”. O caminho

escolhido para se alcançar essa meta é a reconstrução histórica do “movimento do pensamento” que nos leva desde os ensaios iniciais de Max Horkheimer, passando pela filosofia da história de Theodor Adorno, até as teorias de Michel Foucault e Jürgen Habermas (Honneth, 1997, p. XI). Uma das hipóteses centrais que orientam a investigação é a de que as reflexões de Foucault e de Habermas apresentam soluções às aporias do pensamento de Horkheimer e Adorno. Para examinar suas hipóteses e chegar aos objetivos estabelecidos, Honneth reconstrói e examina algumas ideias e conceitos chave formulados por esses pensadores: a) a noção de dialética do esclarecimento, elaborada por Horkheimer e Adorno; b) a teoria do poder, trabalhada por Michel Foucault; c) a teoria da sociedade, proposta por Jürgen Habermas. Além da sistemática consideração da fortuna crítica em torno dessas questões (por ex., Honneth, 1997, p. XXII-XXVIII), Honneth realiza criteriosas análises das modulações que permeiam as várias obras dos autores investigados (por ex., Honneth, 1997, p., 32-56).

Saliento uma vez mais que essa classificação compartimentarizada de orientações de pesquisa tem finalidade apenas heurística. Conforme já adverti, na prática investigativa, os interesses e objetivos com frequência se imiscuem, conduzindo o pesquisador não só a articular diferentes perspectivas metodológicas como também a empregar técnicas de coleta de dados as mais variadas.

Feitas essas breves considerações acerca da agenda de pesquisa da subárea *teoria social/sociológica* e das técnicas e procedimentos de investigação adotados em suas distintas orientações, quero agora dedicar atenção a algumas das controvérsias que circundam sua indisfarçável pluralidade metodológica. Qual a implicação dessa variedade de abordagens para o *status* da sociologia em relação às outras áreas do conhecimento científico? O que isso pode nos dizer a respeito da alegada singularidade da *teoria social/sociológica*?

IV

Num típico manual de metodologia científica voltado à sociologia, Peter Mann diz-nos que “[s]e conseguimos concordar que um certo *método* é indicativo da ciência, podemos então concordar em chamar um estudo de científico se for utilizado esse método” (Mann, 1979, p. 22). Ora, se parcela importante das desconfianças que recaem sobre a *teoria social/sociológica* vincula-se a seu pretenso divórcio em relação à realidade – cujas expressões maiores seriam, por um lado, seu exacerbado nível de formalismo e abstração e, por outro, seu alegado descompromisso metodológico –, estariam as pesquisas sociológicas com orientação empírica resguardas dessas mesmas acusações? Existiria um referencial teórico e metodológico compartilhado, com alcance e profundidade suficientes a ponto de permitir aos praticantes da sociologia aterem-se predominantemente ao plano “empírico-factual” em seus esforços de validação do conhecimento?

Não parece ser esta a opinião predominante na literatura. Em vez de fenômeno excepcional restrito a momentos de crise aguda, fala-se que a notável variedade de abordagens e perspectivas – motivo de lamento e preocupação por Robert Merton (1967a) – é uma característica que acompanha a sociologia desde sempre (Ianni, 1990)²⁴. Negar esse quadro ou pretender simplificá-lo de maneira artificial seria uma atitude estéril. Para complicar um pouco mais a situação, é forçoso reconhecer que tal condição cobra um preço elevado à reputação gozada pela sociologia (e também pelas demais ciências sociais) diante de outras grandes áreas científicas. Não raro, essa expressiva pluralidade teórico-metodológica é tomada como sinal de fragilidade e imaturidade, o que acaba por realçar a imagem de se tratar de um campo do

²⁴ Ignácio Cano, por exemplo, observa que enquanto nas faculdades de ciências naturais “não costumam existir disciplinas específicas sobre o método”, de outro modo, é “justamente o espírito atormentado das ciências sociais e a luta entre escolas ou paradigmas rivais que têm alimentado o interesse no método e intensificado as disputas em torno dele” (Cano, 2012, pp. 106-107).

conhecimento que não tem e talvez jamais terá rigor equivalente ao das chamadas “ciências duras”²⁵. Como explicar essa indisfarçável variedade de abordagens?

A interpretação de Jeffrey Alexander (1987) proporciona alguns *insights* valiosos. Para ele, uma das manifestações da especificidade das ciências sociais em relação às naturais seria o fato de que certos autores e obras perpetuam-se como referências-chave não só como parte fundamental de sua história intelectual, mas também para empreendimentos investigativos atuais. Ou seja, nas ciências sociais, formulações teóricas e investigações com orientação empírica jamais deixariam de dialogar com obras e autores que gozam do prestigioso *status* de “clássicos”. Qual a razão da resiliência desses “clássicos” e, em contrapartida, de sua quase-ausência nas ciências naturais? Traços peculiares a um e outro tipo de empreendimento responderiam por essa cisão. Em primeiro lugar, diz-nos J. Alexander (1987), haveria entre as ciências naturais maior acordo em torno daquilo que denomina de “compromissos generalizados”, responsáveis por informar e orientar as diferentes etapas da atividade científica. Esse acordo se traduziria em maior integração teórica. Por sua vez, tal convergência teórica se desdobraria em um nível também elevado de convergência conceitual e, por conseguinte, em expressiva clareza em relação aos “referentes empíricos” (ou seja, acerca do que é a “realidade” e de quais fenômenos merecem a atenção científica).

Somados esses aspectos, todos eles indicativos de uma expressiva integração epistemológica e metodológica, para o autor não surpreende que as ciências naturais devam a maior parcela de suas energias para atividades de investigação empírica *stricto sensu*. Isso não nos autorizaria afirmar que preocupações de cunho epistemológico – isto é, problemas de ordem não-empírica

²⁵ Apesar de ser esta uma questão epistemológica crucial, escapa aos objetivos deste artigo realizar uma reconstrução e análise do debate crítico entre o monismo metodológico e as ciências sociais. Para uma ilustrativa apreciação da questão, recomendo os trabalhos de Gusmão (2012) e Cano (2012).

– inexistem nessas ciências. No entanto, sustenta Alexander, seus praticantes somente se voltariam com maior intensidade a questões dessa ordem em momentos marcados por desacordo agudo acerca dos pressupostos últimos que informam suas práticas científicas. Por tudo isso, a validade do conhecimento produzido nas ciências naturais tenderia a se dar predominantemente em um plano “empírico-factual”.

Na avaliação de J. Alexander, algo muito diverso ocorreria nas ciências sociais. Conforme observei há pouco, para o autor, é indisfarçável a presença dos “clássicos” no cotidiano de cientistas sociais, seja em reflexões de natureza teórico-epistemológica, seja em empreendimentos com orientação prioritariamente empírica. E quais as razões disso? A principal delas seria justamente a inexistência daquele mesmo nível de acordo observado nas ciências naturais: não há consensos de natureza epistemológica e metateórica. Em decorrência da ausência de integração teórica, também inexistiriam convergências conceituais expressivas. E na falta dessas convergências conceituais, não haveria entendimento claro quanto aos referentes empíricos dos conceitos. Por fim, vinculada à ausência de acordos amplos e duradouros em torno dos referentes empíricos dos conceitos, observar-se-ia, na mesma proporção, divergências em relação a quais objetos, temas e questões seriam merecedores da atenção das ciências sociais. Ou seja, no limite extremo, não haveria consenso nem mesmo em relação a algo absolutamente elementar: o que é a “realidade social” e o que nela deve ser investigado (O problema da ordem social? A natureza da ação social? As interações simbólicas? A moralidade? Os movimentos sociais? O estado? Os conflitos sociais? As relações entre as classes sociais?).

Ora, para J. Alexander, tais ausências de integração teórico-epistemológica, de convergência conceitual e de acordos quanto aos referentes empíricos devem-se a algo também tomado por singular às ciências sociais: na medida em que seus objetos imiscuem-se com os valores dos cientistas, as dimensões descritivas e avaliativas revelam-se, no limite, inseparáveis. Ao fim e ao cabo, ao invés de raras e excepcionais, as discordâncias

nas ciências sociais seriam inevitavelmente “endêmicas”. Daí a profusão de abordagens e perspectivas teóricas observada em seu seio, desdobrada na sedimentação de inúmeras “escolas de pensamento”, de orientações metodológicas bem como de agendas de investigação e reflexão: funcionalismo(s), estruturalismo(s), fenomenologia(s), materialismo(s) histórico(s), interacionismo(s) simbólico(s), etnometodologia, teoria(s) crítica(s), teoria(s) de sistema, escolha(s) racional(is), e tantas outras perspectivas que reivindicam para si *status* diferenciado, com maior ou menor sucesso de reconhecimento acadêmico e institucional (Ianni, 1990).

Talvez para a surpresa de muitos, J. Alexander (1987) sustenta que esse quadro diversificado não implica a impossibilidade de se alcançar objetividade nas ciências sociais e tampouco de se acumular conhecimento. Não obstante, em contraste com as ciências da natureza – nas quais, conforme indiquei, a validação dos achados ocorreria predominantemente no plano “empírico-factual” –, nas sociais tais processos se dariam em boa medida num plano “lógico-discursivo”, mesmo entre as atividades com orientação empírica. Isso significa que, nas ciências sociais, as disputas em torno da validação do conhecimento envolvem outros tipos de dispositivos: os discursos amparam-se mais em procedimentos lógico-argumentativos do que nos resultados de experiências; dessa feita, a legitimidade dos discursos depende mais da força persuasiva dos argumentos apresentados, e menos de sua capacidade preditiva. O sucesso da persuasão argumentativa, por sua vez, escora-se em uma gama de aspectos destacados da realidade empírica: coerência lógica, associada à expansividade de escopo pretendida, à relevância valorativa do empreendimento investigativo, ao seu *insight* interpretativo, à sua força retórica e, até mesmo, à beleza e textura do argumento.

Daí, segundo J. Alexander, as funções que os clássicos são chamados a cumprir nesse cenário marcadamente fragmentado e perpassado por discordâncias: por um lado, na ausência de “consensos de fundo”, de integração teórico-epistemológica e de acordos duradouros e abrangentes em relação a quais referentes empíricos e temas devem ser abordados, os clássicos operariam

como “redutores de complexidade”; ou seja, obras e figuras tomadas como “clássicas” ajudariam a definir campos fenomênicos merecedores de atenção. Por outro lado, também na falta desses acordos, obras e autores “clássicos” auxiliariam a definir os contornos discursivos, conceituais e epistemológicos dentro dos quais (ou por meio dos quais) convergências e discordâncias são destrinchadas.

Ora, essas controvérsias sugerem que traços muitas vezes tidos por exclusivos à *teoria social/sociológica* na realidade são compartilhados pelas demais subáreas das ciências sociais. Estaríamos, assim, muito distantes da imagem projetada por Thomas Kuhn (1975) a respeito da dinâmica científica: no caso das ciências sociais, tudo indica que os “paradigmas”²⁶ não se sucedem uns aos outros. Ao invés disso, conforme sugere Roberto C. Oliveira, prevalece a convivência entre eles, perfazendo um quadro “onde todos *valem* à sua maneira (própria de conhecer), à condição de não se desconhecem uns aos outros”, numa incontornável relação de tensão (Oliveira, 1988, p. 22-23).

Seja como for, deixada como está, essa discussão mantém intocada a imagem do divórcio entre as ciências sociais e as naturais. Por um lado, reforça-se a noção de que é nas “ciências duras” que de fato encontramos procedimentos científicos *tout court*, graças aos quais seria possível alcançar um conhecimento objetivo e desinteressado da realidade. Por outro lado, em virtude da peculiaridade de seu próprio objeto, a sociologia (à imagem e semelhança de suas demais irmãs “moles”) ver-se-ia a todo o momento assombrada por interesses e procedimentos estranhos à ciência, nefastos à apreensão objetiva dos fenômenos sociais.

²⁶ Thomas Kuhn (1975, p. 13) entende por *paradigmas* “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. O autor refere-se às “revoluções científicas” como sendo “episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (Kuhn, 1975, p. 125).

Trocando em miúdos, a inexistência de unidade conceitual bem como a ausência de convergência analítica e metodológica observada na esteira dessa multiplicidade de abordagens – condição comumente tida como peculiar às “ciências moles” – jamais deixariam de representar ameaças ao acúmulo de conhecimento e, na mesma medida, ao seu total descolamento em relação aos saberes superficiais e anedóticos do senso comum. A princípio, então, essa multiplicidade teórico-metodológica aparece como um desalento às reivindicações do *status* de ciência feitas em favor do(s) discurso(s) sociológico(s): inexistência de integração teórica, desordem conceitual, multiplicidade de abordagens metodológicas redundariam em grau irrisório de confirmação de proposições e, por conseguinte, em pouca cumulatividade de resultados de pesquisa (Freitas, 2010, p. 70)²⁷ – todos esses aspectos confirmariam a inequívoca vulnerabilidade científica da sociologia. Seriam esses traços exclusivos às ciências sociais?

A meu ver, não há como diluir a imagem de excepcionalidade atribuída à *teoria social/sociológica* sem que se questione a própria ideia da existência de diferenças irreconciliáveis entre as ciências “moles” e as “duras”. Nessa direção, há três desafios a tal ideia que gostaria de mencionar. O primeiro deles envolve a relação entre conhecimento e interesse: trata-se de argumentar que as ciências sociais não são as únicas sujeitas a pressões (ou condicionamentos) de “fatores externos” ou “extra-científicos” (políticos, econômicos, culturais, institucionais, etc.); assim sendo, somos incentivados a contemplar essa relação de uma maneira mais complexa e matizada para melhor compreendermos os processos de formulação da agenda científica bem como as escolhas metodológicas envolvidas. O segundo desafio envolve a questão dos acordos epistemológicos prévios ao contato com a realidade empírica: trata-se de dizer que “discordâncias de fundo”, traduzidas inclusive em conflitos acerca dos referentes empíricos, também não são exclusivas às ciências

²⁷ Todos esses problemas e questões são contemplados por Renan Freitas (2010), onde pode-se encontrar um vigoroso desafio a tal diagnóstico pouco animador.

sociais. Por fim, a questão das regras e padrões de comportamento que orientam a produção de conhecimento: trata-se de mostrar que ao invés de excepcionais ou residuais, procedimentos e práticas extra-científicos são igualmente adotados pelos praticantes das ciências naturais nas várias etapas da pesquisa.

Quanto à primeira problematização, é sugestivo que o próprio Thomas Kuhn tenha reconhecido a relevância de fenômenos extra-científicos nas mudanças paradigmáticas: embora admita o silêncio de sua mais celebrada obra quanto ao “papel do avanço tecnológico ou das condições sociais, econômicas e intelectuais externas no desenvolvimento das ciências”, salienta que “não é preciso ir além de Copérnico e do calendário para descobrir que as condições externas podem ajudar a transformar uma simples anomalia numa fonte de crise aguda” (Kuhn, 1975, p. 15). Essa situação traz às claras as complexas relações entre interesse e conhecimento. Ao refutar a cisão entre “teoria” e “realidade” alimentada pelo que denomina de “auto-entendimento positivista da ciência”, Habermas (1972) fala-nos de três tipos diferentes de interesse, cada um dos quais vinculado a uma modalidade específica de investigação e a regras lógico-metodológicas distintas: nas “ciências empírico-analíticas”, prevalecem interesses técnico-cognitivos, os quais almejam aprofundar o controle técnico sobre o objeto estudado; no caso das “ciências histórico-hermenêuticas”, o tipo de interesse predominante é a expansão do entendimento intersubjetivo entre o cientista e seu objeto; por fim, entre as chamadas “ciências sociais críticas”, a meta orientadora é a emancipação de relações de dependência, ou seja, a liberação dos sujeitos de sua dependência frente a poderes que os oprimem. Ou seja, independentemente da regra lógico-metodológica prevalecente (experiência controlada, interpretação textual ou auto-reflexão), não existiria a possibilidade de uma “atitude teórica” neutra, livre da influência dos “interesses naturais da vida”.

No que diz respeito à questão dos “desacordos de fundo”, parecem-me ilustrativas algumas das críticas que Renan Freitas (2010) dirige a J. Alexander. Remetendo-se a um caso exemplar na biologia, Freitas (2010, p. 56) sustenta que “essa ciência, não

menos que a Sociologia, é marcada por discordâncias ‘endêmicas’ a respeito de concepções teóricas absolutamente fundamentais”, como aquelas em torno do conceito de “espécie” (diga-se de passagem, central desde o advento do pensamento evolutivo). Num outro registro, o autor lança mão de pesquisas realizadas nas últimas quatro ou cinco décadas na área de estrutura de classes e mobilidade social para mostrar que “discordâncias endêmicas”, quaisquer que sejam suas profundidades, “não comprometem necessariamente a unidade ou continuidade de uma ciência, nem tampouco o avanço do conhecimento científico”, desde que as possibilidades de “aprendizado mútuo” mantenham-se vivas (Freitas, 2010, p. 57). Ou seja, por um lado, a pluralidade teórico-metodológica encontrada nas ciências sociais não é um obstáculo necessário e incontornável ao acúmulo de conhecimento; por outro, “[a]o contrário do que se supõe, discordâncias de tal natureza [teóricas e/ou empíricas] (...) não são peculiares às Ciências Sociais” (Freitas, 2010, p.56).

Há um terceiro tipo de problematização àquela ideia que postula a existência de um hiato insuperável entre as ciências sociais e as naturais também rico em implicações. Quero abordá-lo à luz das polêmicas teses levantadas por Bruno Latour e Steve Woolgar (1986). De início, é preciso sublinhar que para esses autores, “a atividade científica é somente uma arena social na qual o conhecimento é construído” (Latour and Woolgar, 1986, p. 31). Essa ideia aparentemente despretensiosa prenuncia um ousado desafio: as condutas e modalidades de comportamento que permeiam a rotina laboratorial não demonstram ter o grau de peculiaridade imaginado pelos próprios cientistas; se assim fosse, seria forçoso aceitar que suas atividades seguem regras especiais, distintas de outras práticas científicas e sociais. Mas não é isso o que se observaria: os cientistas de laboratório encontram-se envolvidos em esforços rotineiros para produzir ordem e plausibilidade em meio a uma massa confusa e desordenada de informações e dados. Ocorre que práticas com frequência tomadas por lógicas e coerentes são, na verdade, marcadamente contingentes, desordenadas e *ad hoc*. Isso significa que “[a]s circunstâncias da

descoberta e o processo de troca informal são ambos cruciais ao processo produtivo: são aquilo que permite a existência da ciência” (Latour and Woolgar, 1986, p. 252). Aliás, para os autores, não é sobre a “natureza” ou a fatos pré-existentes que a atividade científica se debruça; de outro modo, a atividade científica é “uma luta hostil para *construir* a realidade”, sendo o laboratório “o local de trabalho e o conjunto de forças produtivas que torna possível a construção” (Latour and Woolgar, 1986: 243). Ou seja, não é para a “realidade” que o cientista se orienta, mas para as *operações* que visam a produção de ordem em meio a um conjunto caótico de dados e observações.

Ainda segundo essa perspectiva, tais operações de construção da realidade não são consumadas por uma comunidade científica unida em torno de interesses compartilhados. Elas têm lugar em um “campo agonístico” no qual a “realidade” não é a causa de acordos, mas “a *conseqüência* do ajuste de uma disputa”. Ademais, o sucesso ou insucesso das operações dos cientistas não resulta da combinação entre coerência lógica e comprovação empírica; ao invés disso, a construção da ordem depende de fatores tão prosaicos e improváveis quanto o número de pessoas que constituem o campo agonístico, as personalidades de seus autores, seus vínculos institucionais, aquilo que está em jogo nas disputas, os estilos adotados nos artigos, bem como a capacidade que os cientistas demonstram ter para persuadir os outros de que os custos envolvidos na adoção de concepções alternativas da realidade são consideravelmente elevados. Ao fim e ao cabo, conforme Latour e Woolgar (1986: 237), “[a]s negociações sobre o que conta como uma prova ou o que constitui um bom teste não são mais ou menos desordenadas do que qualquer discussão entre advogados ou políticos”. Não por acaso, os autores acham “difícil manter que existe qualquer diferença fundamental entre os métodos da ciência ‘dura’ e da ciência ‘mole’ ” (Latour and Woolgar, 1986: 256).

Que conclusões podem ser tiradas à luz dessas controvérsias? Admitindo-se que as proximidades entre a *teoria social/sociológica* e as demais subáreas da sociologia (tanto quanto entre a sociologia

e outras áreas do conhecimento científico) são maiores do que muitas vezes se afirma, como explicar os obstáculos interpostos à sua plena institucionalização e reconhecimento acadêmico?

V

Afirmar que um dado campo científico goza de autonomia implica dizer, no entendimento de Pierre Bourdieu, que ele dispõe de grau de liberdade suficiente para desenvolver sua própria “necessidade”, isto é, para estabelecer os termos de sua própria lógica. Há, no entanto, dois aspectos importantes que qualificam tal autonomia: em primeiro lugar, longe de ser algo dado desde e para sempre, essa autonomia é uma “conquista histórica” que precisa ser continuamente renovada; em segundo lugar, por mais acentuada que se mostre, tal autonomia adquirida jamais deixará de ser relativa: há e sempre haverá “pressões externas” sobre ela, constrangimentos provenientes do “universo social” (Bourdieu, 2004, p. 47). Ocorre que quanto mais elevado o nível de independência relativa de um dado campo científico, mais específicas, rigorosas e internamente controladas são as condições de entrada impostas aos seus postulantes e iniciantes. Dessa feita, ao mesmo tempo que a ciência (bem como seus inúmeros subcampos) pode ser vista como uma espécie de microcosmo marcado por disputas pela hegemonia do “uso legítimo de bens científicos”, seria inexato tomá-la como um mero palco da “guerra de todos contra todos” (Bourdieu, 2004, p. 46). Ao invés disso, condição *sine qua non* para que a ciência torne-se um espaço autônomo e relativamente resguardado de seu entorno social é o fato de que “os cientistas possuem coisas em comum as quais por um lado os unem e por outro os separaram” (Bourdieu, 2004, p. 46). Por paradoxal que pareça, é justamente esse “algo em comum” que os torna “unidos pelas lutas que os dividem” (Bourdieu, 2004), pois compartilham um conjunto de disposições – além de certo “sentido do jogo” (*illusio*) – que os leva a consentir as mesmas regras que os subjagam e os constroem.

Tudo isso nos leva a admitir que procedimentos de inclusão e exclusão são fatores constitutivos e corriqueiros na dinâmica científica: há um conjunto bastante complexo de práticas e dispositivos por meio do qual a atividade científica é internamente regulada e, ao mesmo tempo, delimitada frente a outras modalidades de conhecimento²⁸. Ora, normas e procedimentos de investigação são eles mesmos parte e parcela fundamental da linguagem científica, sendo sua aprendizagem e observância condição indispensável ao reconhecimento daqueles que reivindicam “fazer ciência” bem como das disciplinas e subáreas que pretendem “produzir conhecimento científico”. Mas o significado do que exatamente vem a ser esses procedimentos e normas não é algo dado desde e para sempre. A ideia segundo a qual a “realidade objetiva” é o “árbitro do conhecimento científico” nada mais é que um suposto bastante geral (ou, para empregar os termos de Bourdieu, um “postulado ontológico”) que pouco (ou quase nada) diz acerca de quais as maneiras legítimas por meio das quais pode-se apreender objetivamente esta “realidade”. É óbvio, portanto, que a determinação dos métodos e técnicas tidos como indispensáveis a todo e qualquer empreendimento que se pretende científico é ela mesma parte essencial dos conflitos e embates constitutivos da atividade científica.

Que fique bem claro: não se trata de atribuir arbitrariedade ou aleatoriedade à definição dos procedimentos científicos. O fator “acaso” é constrangido (jamais eliminado em sua completude) por uma série de ordenamentos, dois dos quais gostaria de mencionar: em primeiro lugar, referências epistemológicas delimitam não só o universo de investigação mas também as maneiras de abordá-lo; e é fundamental lembrar que tais “regras epistemológicas são

²⁸ Michel Foucault fala-nos da existência de “procedimentos de controle e de delimitação do discurso”, sejam eles externos (“sistemas de exclusão”) ou internos (“princípios de classificação, de ordenação, de distribuição”). A disciplina seria “um princípio de controle da produção do discurso” na exata medida em que “fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 2005, p. 36).

convenções estabelecidas” (Bourdieu, 2004, p. 83), ou seja, são uma “necessidade” socialmente cristalizada por meio de acordos e disputas; por outro, práticas de investigação previamente adotadas acabam por destilar métodos e técnicas mais eficientes e, em contrapartida, sugerem o descarte daqueles que ao longo de inúmeras experiências (tentativas e erros) produziram resultados pouco satisfatórios (julgados, é certo, à luz daquelas mesmas regras epistemológicas socialmente estabelecidas). Não por acaso, conforme procurei salientar, a maior parte dos procedimentos, métodos e técnicas de investigação empregada pela sociologia (e, em várias ocasiões, também por outras áreas institucionalizadas da ciência) é igualmente utilizada pelos praticantes da *teoria social/sociológica*. Dessa feita, é pouco plausível que o maior peso de questões de natureza teórica bem como a preeminência do plano lógico-discursivo sejam necessariamente responsáveis por fazer dessa subárea um ofício intelectual de fato singular – a ponto de torná-lo uma modalidade de conhecimento diversa da ciência. Trata-se, sim, de admitir que a dimensão agonística responde por boa dose dos obstáculos institucionais e desconfianças projetados sobre a *teoria social/sociológica*.

Referências

- ALEXANDER, J. “The centrality of the classics”. In: GIDDENS, A. and TURNER, J. (eds). *Social theory today*. Stanford: Stanford University Press. 1987.
- ANPOCS. *Anais dos Encontros anuais, 1997 a 2012*.
- BLOOR, D. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Editora UNESP [1976]. 2009.
- BOURDIEU, P. *Science of science and reflexivity*. Chicago: The University of Chicago Press. 2004.
- CANO, I. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”. *Sociologias*, 14 (31): 94-119. 2012.

- COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora. 1996.
- COSTA, S. "Teoria por adição". In: MARTINS, C. B. e MARTINS, H. (orgs). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS. 2010.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola [1971]. 2005.
- FREITAS, R. S. (2010). "A produção de pesquisa sociológica". In: MARTINS, C. B. e MARTINS, H. (orgs). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS. 2010.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press [1984]. 1986.
- GUSMÃO, L. de. *O fetichismo do conceito: Limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 2012.
- HABERMAS, J. "Knowledge and human interest: A general perspective". In: *Knowledge and Human Interests*. Bonton: Beacon Press. 1972.
- HONNETH, A. *The critique of power: Reflective stages in a critical social theory*. Cambridge: The MIT Press [1985]. 1997.
- HORKHEIMER, M. "Traditional and critical theory". In: HORKHEIMER, M. *Critical Theory: selected essays*. New York: The Seabury Press [1937]. 1972.
- IANNI, O. "A crise de paradigmas na sociologia". *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20. Campinas: IFCH/Unicamp. 1990.
- KUHN, T. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1975.

- LATOUR, B. and WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The construction of scientific facts*. Princeton: Princeton University Press [1979].1986.
- MANN, P. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores [1968]. 1979.
- MANNHEIM, K. *Ideology and Utopia: An introduction to the sociology of knowledge*. New York: A Harvest/HBJ Book [1929]. 1936.
- MERTON, R. "On the sociological theories of the middle range". In: *On theoretical sociology: five essays, old and new*. New York: A Free Press[1949]. 1967a.
- _____. "The bearing of sociological theory on empirical research". In: *On theoretical sociology: five essays, old and new*. New York: A Free Press. 1967b.
- _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Palo: Editora MestreJou [1949]. 1969.
- MILLS, C. W. *The sociological imagination*. London: Oxford University Press [1959]. 1967.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1988.
- PALLARES-BURKE, M. L. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP. 2005.
- PARSONS, T. *The social system*. London: The Free Press [1951]. 1964.
- POPPER, K. *Lógica das ciências sociais*. Brasília: Ed. UnB/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1979.
- RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ [1958]. 1996.
- SCHWARCZ, L. e BOTELHO, A. "Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma". In: *Lua Nova*, 82: 11-16. 2011.

SKINNER, Q. "Meaning and understanding in the history of ideas". In TULLY, J. and SKINNER, Q. *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press. 1988.

SBS. *Anais dos congressos bienais, 2005 a 2011*.

SILVA, J. P. "Teoria social no Brasil: balanço preliminar de uma experiência recente". In: SILVA, J. (org). *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora. 2012.